

Referenciação e argumentação polêmica em artigo de opinião sobre a descriminalização das drogas no Brasil

Referencing and polemic argumentation in an opinion article about the decriminalization of drugs in Brazil

Referenciación y argumentación polémica en artículo de opinión sobre la despenalización de las drogas en Brasil

Francisco Felipe de Oliveira Rocha¹

 0009-0002-9711-2289

Thales Moises Alves de Souza²

 0009-0008-8774-1827

Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra³

 0000-0002-9569-5567

RESUMO: Neste trabalho, objetivamos investigar a relação entre a referenciação e a argumentação polêmica em um artigo de opinião sobre a descriminalização das drogas no Brasil. Para isso, filiamos-nos teoricamente à Linguística Textual e, mais especificamente, ao diálogo que tem sido estabelecido entre ela e a Teoria da Argumentação no Discurso, de Amossy (2020). Abordamos esse diálogo com base, principalmente, em Macedo (2018) e Cavalcante *et al.* (2020), que demonstram como a argumentação se revela textualmente. Consideramos, ainda, os postulados de Amossy (2017) quanto à modalidade polêmica de argumentação que se configura no artigo de opinião analisado, assim como as regulações desse gênero, a partir do estudo de Rodrigues (2001). A referenciação, estratégia de textualização por nós analisada, sustenta-se em estudos como o de Mondada e Dubois (2003) e o de Custódio Filho (2011). A análise revelou que a construção dos pontos de vista conflitantes que caracterizam a modalidade polêmica passa diretamente pelo modo como os referentes são (re)elaborados no artigo de opinião analisado. Demonstrou-se, assim, que a referenciação é uma importante estratégia argumentativa e, de modo mais amplo, que o diálogo entre a Linguística Textual e a Teoria da Argumentação no Discurso é bastante frutífero.

PALAVRAS-CHAVE: referenciação; argumentação; artigo de opinião.

¹ Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UERN (PPGL/UERN). E-mail: felipeoliveira.rocha@gmail.com.

² Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UERN (PPGL/UERN). E-mail: alves22moises@gmail.com.

³ Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *Campus* de Pau dos Ferros. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN). E-mail: lidianemorais@uern.br.

ABSTRACT: In this paper, we aim to investigate the relationship between referencing and polemical argumentation in an opinion article about the decriminalization of drugs in Brazil. To this end, we are theoretically affiliated with Textual Linguistics in dialogue with the Theory of Argumentation in Discourse, by Amossy (2020). We rely on considerations based mainly on Macedo (2018) and Cavalcante *et al.* (2020), which demonstrate how argumentation reveals itself textually. We also consider the postulates of Amossy (2017) regarding the polemic modality in argumentation that appears in the opinion article analyzed, as well as the conventions of this genre, based on the study by Rodrigues (2001). We textually analyzed the referencing strategy supported by studies such as those by Mondada and Dubois (2003) and Custódio Filho (2011). The analysis revealed that the construction of conflicting points of view that characterize the modality of polemic pervades in which the referents are (re)elaborated in the opinion article analyzed. It was demonstrated, therefore, that referencing is an important argumentative strategy and, more broadly, that the dialogue between Textual Linguistics and the Theory of Argumentation in Discourse is quite fruitful.

KEYWORDS: referencing; argumentation; opinion article.

RESUMEN: En este trabajo, nuestro objetivo es investigar la relación entre referenciación y argumentación polémica en un artículo de opinión acerca de la despenalización de las drogas en Brasil. Para eso, nos vinculamos teóricamente a la Lingüística Textual y, más específicamente, al diálogo que ha sido establecido entre ella y la Teoría de la Argumentación en el Discurso, de Amossy (2020). Dialogamos con base en Macedo (2018) y Cavalcante *et al.* (2020), que demuestran como la argumentación se revela textualmente. Consideramos los postulados de Amossy (2017) cuanto a la modalidad de argumentación que se configura en el artículo de opinión analizado, así como las regulaciones de ese género, a partir del estudio de Rodrigues (2001). La referenciación, estrategia de textualización por nosotros analizada, se sustenta en estudios como el de Mondada y Dubois (2003) y el de Custódio Filho (2011). Observamos que la construcción de los puntos de vista conflictivos que caracterizan la modalidad polémica afecta directamente en el modo como los referentes son reelaborados en el texto analizado. Se demostró, así, que la referenciación es una importante estrategia argumentativa y que el diálogo entre la Lingüística Textual y la Teoría de la Argumentación en el Discurso es bastante fructífero.

PALABRAS CLAVE: referenciación; argumentación; artículo de opinión.

Introdução

A questão das drogas (produção, comercialização e consumo) normalmente emerge rodeada por uma série de problemáticas individuais e sociais: vício, dependência, saúde física e mental, relações familiares, saúde pública, atuação policial, violência, tráfico, entre outras. São muitos os discursos que circulam socialmente sobre a temática e essas problemáticas a ela associadas – do discurso do senso comum ao discurso de especialistas. De tudo isso, se depreende que estamos diante de um assunto de grande importância, e dele se tem tratado, por exemplo, em mídias sociais, livros, artigos de opinião e de divulgação científica.

Um embate particularmente recorrente no Brasil, bem como em diversos outros países, se dá sobre a criminalização/descriminalização das drogas. No nosso país, o consumo de drogas tem sido mantido na esfera criminal, e o Supremo Tribunal Federal (STF) está atualmente realizando um julgamento para decidir se o porte de maconha para uso pessoal é ou não crime. Os que defendem a criminalização, normalmente, apontam, entre outras questões, que o consumo de drogas acarreta danos ao próprio usuário, às famílias e à sociedade de modo geral, além de alegarem que com a liberação o consumo tende a crescer. Os que são favoráveis à descriminalização, por outro lado, citam, por exemplo, o fracasso da guerra às drogas e o desrespeito à privacidade promovido pela criminalização. Pode-se dizer, pois, que a criminalização/descriminalização das drogas é uma questão polêmica (pois gera um conflito de difícil solução) das mais proeminentes no debate público brasileiro.

Neste trabalho, analisamos (e utilizamos, portanto, como *corpus*) um artigo de opinião no qual se atualiza a polêmica sobre a descriminalização das drogas no Brasil. O artigo em questão, intitulado de “O consumo de drogas é uma questão de saúde pública”, é de autoria de Ilona Szabó de Carvalho e foi veiculado pelo jornal Folha de São Paulo em 30 de março de 2023. Optamos por analisar esse *corpus* pela importância do tema nele abordado e do próprio gênero artigo de opinião, que faz circular ideias e posicionamentos sobre questões de interesse para a coletividade. Nosso objetivo é analisar a relação entre a (re)construção dos referentes e a argumentação polêmica em que se configura o artigo. Para isso, apoiamos-nos nos postulados da Linguística Textual, com atenção especial para o diálogo que ela tem estabelecido com a Teoria da Argumentação no Discurso, e focalizamos uma das estratégias de textualização que esse campo teórico tem investigado: a referenciação.

Com base no diálogo entre Linguística Textual (LT) e Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), assumimos, tal como Macedo (2018) e Cavalcante *et al.* (2020), o princípio de que todo texto é argumentativo. Além disso, consideramos a modalidade polêmica de argumentação (Amossy, 2017) na qual o artigo de opinião analisado se configura, bem como as regulações do próprio gênero, conforme

abordadas por Rodrigues (2001). Por sua vez, a referenciação, isto é, a (re)elaboração dos referentes ou objetos de discurso, é aqui concebida como um fenômeno fundamental para a construção textual dos sentidos e da argumentação, fenômeno esse que se fundamenta numa visão não referencialista da linguagem (Mondada; Dubois, 2003).

Por fim, cabe descrever a organização do trabalho: depois dessas considerações iniciais, apresentamos a fundamentação teórica, com um tópico sobre a interface entre LT e TAD e outro sobre a referenciação; na sequência, expomos os procedimentos metodológicos da pesquisa e, logo após, situamos um tópico sobre o gênero artigo de opinião; em seguida, analisamos o artigo de opinião que nos serve de *corpus* e, por último, tecemos as considerações finais.

A Linguística Textual e a Teoria da Argumentação no Discurso

Para estabelecer o diálogo entre a LT e a TAD – ao qual nos filiamos neste trabalho – seguimos o percurso traçado por Macedo (2018) e Cavalcante *et al.* (2020), autores que se propuseram a lançar as bases dessa interface. Antes de nos remetermos especificamente às bases que sustentam o diálogo, porém, não se pode deixar de mencionar o princípio básico que Ruth Amossy atribui à TAD, qual seja: o de que a argumentação é uma dimensão constitutiva do discurso. Com a defesa de tal princípio, Amossy (2020) situa a TAD como uma subárea da Análise do Discurso (doravante AD), com o objetivo de articular a esta os estudos retóricos e argumentativos.

Como ponto de partida para o estabelecimento da interface entre LT e TAD, faz-se necessária a discussão dos conceitos de sujeito, argumentação e texto. O sujeito da TAD, como defende Amossy (2016), situa-se numa posição intermediária entre o sujeito retórico (marcado pela intencionalidade e pelo poder de ação sobre seu dizer) e o sujeito da AD (cuja liberdade é limitada por forças de ordem social e institucional). Sendo assim, o sujeito da TAD tem o poder de realizar escolhas e de tentar exercer influência, mas também está imerso nas regulações sociais, não tendo como escapar delas. A argumentação, por sua vez, compreende, para

Amossy (2011, p. 129), não apenas a tentativa de fazer o auditório aderir a uma determinada tese – posição assumida pela Nova Retórica –, mas também os demais tipos de fala que, não intencionando persuadir, buscam “[...] exercer alguma influência, orientando modos de ver e de pensar”.

A LT compartilha a noção de sujeito da TAD e adota sua concepção de argumentação, mas diverge em relação ao conceito de texto que sustenta, como já observaram Macedo (2018) e Cavalcante *et al.* (2020). Para operar com a abordagem textual que confere à TAD, Amossy (2020, p. 41) concebe o texto como “um conjunto coerente de enunciados que formam um todo”. Tal concepção tem sérias limitações, concentrando-se nos elementos presentes na superfície textual, visão que foi há muito abandonada nos estudos da LT. Entre as definições atualmente em voga na LT está a de texto como evento comunicativo cuja coerência é construída de forma negociada pelos interlocutores, levando-se em conta, além da superfície textual, os conhecimentos prévios dos interlocutores e o contexto sócio-histórico que recobre a interação (Cavalcante, 2016). Com um olhar mais amplo e sofisticado sobre o texto, a LT oferece novas possibilidades investigativas para a abordagem textual da argumentação, com todos os fenômenos que compõem seu programa analítico.

Situada nesta interface, a LT passa a reconhecer algumas postulações que têm impacto decisivo na forma de se conceber e de se explicar o texto e seu processamento – postulações essas pontuadas por Cavalcante *et al.* (2022):

- em todo enunciado, há **pontos de vista** relacionáveis a diferentes enunciadore;
- tais pontos de vista são gerenciados por um locutor/enunciador principal, que escolhe, **intencionalmente**, como expressar e marcar a voz dos enunciadore, ao **tentar influenciar** o interlocutor e, às vezes, o terceiro;
- essas tentativas de influência são **estratégicas**, na medida em que fazem parte do projeto de dizer do locutor, que supõe (porque necessita supor) ter controle sobre suas escolhas;
- algumas formas de textualização, como a **sequência textual argumentativa**, explicitam o ponto de vista central que será defendido com base em um esquema de raciocínio; esse ponto de vista aparecerá, nesta situação, como a opinião central de um enunciador;
- outras formas de sequência textual (a narrativa, a explicativa, a descritiva e a dialogal), ainda que não cumpram uma macrofunção de demonstrar argumentos em prol de uma opinião central, não deixam de supor uma **orientação argumentativa**, na medida em que também ajudarão o

locutor/enunciador a gerenciar pontos de vista (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 98, **grifos dos autores**).

Para a LT, portanto, todo e qualquer texto passa a ser tido como argumentativo, já que comporta, inevitavelmente, pontos de vista gerenciados pelo locutor/enunciador principal, além de acontecer sempre como resposta a outros já-ditos, isto é, a outros textos (Cavalcante *et al.*, 2020), em consonância com o princípio dialógico bakhtiniano. À LT cabe a tarefa de explicar como a argumentação se manifesta em termos de organização textual, seja nos casos mais evidentes, em que há argumentos em defesa dos pontos de vista (isto é, casos em que há visada argumentativa, na terminologia de Amossy, 2020), seja nos casos em que os pontos de vista são apresentados a partir de outros procedimentos, sem que haja, para eles, uma defesa programada (neste caso, há somente dimensão argumentativa, ainda seguindo a terminologia da referida autora).

No interior do quadro teórico da TAD, Amossy (2008) desenvolveu a importante noção de modalidade argumentativa, a qual se assenta no entendimento de que, sendo a argumentação inerente ao discurso, ela se configura de diferentes modos, a depender das particularidades de cada interação. Para a autora, as modalidades argumentativas são “[...] tipos de troca argumentativa que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona tanto num quadro dialogal quanto dialógico” (Amossy, 2008, p. 232). Esses diferentes modos de argumentar, ainda seguindo o pensamento da autora, se configuram a partir de três parâmetros principais: 1) a estrutura da troca argumentativa, que revela os papéis assumidos pelos participantes da interação no dispositivo enunciativo; 2) a maneira de se construir a ação de persuasão em relação ao alocutário (se de forma racional ou agressiva, por exemplo); 3) a maneira de se definir o alocutário nessa relação (se ele é tido como parceiro, adversário etc.).

Com base nesses parâmetros, Amossy (2008) lista e caracteriza seis tipos de modalidades argumentativas: 1) na modalidade demonstrativa, o locutor, valendo-se de provas e argumentos, tenta convencer o auditório a aceitar uma determinada tese; 2) na modalidade patética, a busca do locutor pela adesão do auditório é caracterizada fundamentalmente pelo apelo aos sentimentos, numa tentativa de

tocá-lo; 3) na modalidade pedagógica, o que impera é a transmissão de um saber por parte do locutor (em posição superior) e direcionado a um auditório que assume o papel de aprendiz; 4) na modalidade de co-construção, os participantes da interação, conjuntamente, trabalham pela resolução do problema sobre o qual se debruçam; 5) na modalidade negociada, os interactantes, partindo de posições divergentes, objetivam obter o consenso sobre um dado problema; 6) na modalidade polêmica, por fim, sobressai-se o desacordo profundo, com ataques às teses adversárias ou mesmo com o ataque mais direto ao próprio adversário, na tentativa de desqualificá-lo.

Sobre esta última modalidade, que nos interessa mais de perto, Amossy (2017) menciona duas outras características especificadoras além da desqualificação do adversário: a dicotomização, que se dá entre as opiniões que se entrechocam brutalmente sobre a questão polêmica em debate, sendo este o próprio modo de gerir o conflito; e a polarização ou divisão social, que envolve os papéis actanciais do Proponente (aquele que defende uma das teses em disputa na polêmica), do Oponente (que defende a tese oposta à do Proponente) e do Terceiro (que é apenas espectador do conflito, isto é, um participante indireto).

Além de revelar como são variadas as possibilidades de manifestação da argumentação, as modalidades argumentativas descritas por Amossy (2008) também podem conduzir à reflexão acerca das noções de acordo e dissenso, que são fundamentais no quadro teórico da TAD e dos estudos argumentativos no geral. Nas cinco primeiras modalidades apresentadas (a demonstrativa, a patética, a pedagógica, a de co-construção e a negociada), cada uma a seu modo e com sua configuração particular, o acordo é o ponto de chegada: a interação é dirigida de modo a se obter o consenso, que é tido como fim último. Na modalidade polêmica, no entanto, isso não ocorre, já que ela se assenta, como dissemos, na dissensão, isto é, na improbabilidade do acordo. Amossy, em sua obra *Apologia da polêmica* (2017), tem dado grande destaque a esta modalidade, apoiando-se nela para defender o que denomina de “retórica do dissenso”. Para a autora, as diferenças – muitas vezes irreparáveis – de opinião que caracterizam a polêmica são de grande valor em sociedades democráticas pluralistas, apesar do estigma que normalmente

acompanha a polêmica.

Por tudo isso, pode-se afirmar que, seja para alcançar o acordo, seja para reafirmar posições e opiniões conflitantes, as interações são sempre regidas pelas tentativas dos sujeitos de exercer influência uns nos outros – em outras palavras, são sempre regidas pela argumentação.

A referenciação: um fenômeno dinâmico e multifacetado

A questão sobre como se relacionam mundo e linguagem está na base do fenômeno da referenciação. É um tanto quanto óbvio que os sujeitos, ao se inserirem nas diversas situações comunicativas que permeiam sua cultura, precisam realizar o ato de referir, já que todo texto inevitavelmente fala sobre algo, de modo a evocar entidades sobre as quais se diz alguma coisa. O problema fundamental, nesse caso, seria discutir a natureza da relação linguagem-mundo. Essa não é uma questão recente, uma vez que tem sido observada desde muitos séculos, interessando, por exemplo, a filósofos, filósofos da linguagem, semanticistas e linguistas, na tentativa de compreender a própria natureza da linguagem e as dinâmicas interativas dos sujeitos. Como aponta Marcuschi (2008), há dois modos distintos de tratar o ato de referir: o que se baseia numa visão referencialista de linguagem e o que se sustenta numa visão sociocognitiva e interacional de linguagem.

O primeiro desses modos concebe a questão da referência como um processo estático de rotulação, de modo que, para ela, a racionalidade objetiva seria suficiente para conferir significados aos objetos do mundo. Sendo assim, nas pesquisas reinava a concepção de “referência”, que ilustrava a ideia de que as palavras utilizadas pelos sujeitos tinham a função objetiva de identificar os objetos, as coisas, realizando-se assim uma conexão finita entre a linguagem e o mundo. Assim, a questão da referência era vista como um processo de “etiquetamento” (Koch, 2003).

No segundo modo, surgem inquietações por parte dos pesquisadores quanto a, por exemplo, compreender “[...] como as atividades humanas, cognitivas e

linguísticas estruturam e dão sentido ao mundo” (Mondada; Dubois, 2003, p. 20). Dessa forma, não se fala mais, ao menos em LT, em um fenômeno com aspectos abstratos, assentado na racionalidade. Agora, tem ganhado destaque a tendência da “referenciação”, expressão cunhada por Mondada e Dubois (2003) para se referir a esse processo, o qual se conecta à natureza sociocognitiva-discursiva de linguagem que sustenta o estabelecimento textual dos referentes, com estes passando a ser compreendidos como objetos-de-discurso, em consequência de sua construção na e pela interação dos falantes. A proposta da referenciação, portanto, implica sujeitos, interação, discurso, cognição e cultura.

No interior do quadro teórico do segundo modo – pautado pela visão não referencialista de linguagem –, concebemos a referenciação, com base em Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), como o processo de (re)construção de objetos de discurso (ou referentes), o qual se caracteriza fundamentalmente por ser uma (re)elaboração da realidade e um processo sociocognitivo e por resultar da negociação dos interlocutores. Sendo assim, os objetos de discurso (re)construídos nesse processo são entidades altamente complexas e dinâmicas e, por isso mesmo, fundamentais para a construção textual dos sentidos.

Depreende-se, desse conceito de referenciação, a adaptação dos objetos de discurso (ou referentes) às situações comunicativas e aos propósitos comunicativos dos sujeitos, uma vez que as propostas relativas à estabilidade são “apagadas”, e as “coisas” do mundo tendem a se adequar ao seu contexto de produção, passando a serem modificados no processo interativo entre os sujeitos e demarcando, assim, sua característica de instabilidade. Ainda no que concerne à instabilidade do referente, concordamos que este está atrelado, na tessitura textual, ao propósito do locutor de demarcar sua intenção discursiva. Como afirmam Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 27), “o referente (ou objeto de discurso) é a representação na mente dos interlocutores de uma entidade estabelecida no texto”. Como os interlocutores podem remodelar os referentes de acordo com seus propósitos, essas entidades são reveladoras de seus posicionamentos.

A (re)construção dessas entidades acontece no texto via processos referenciais: a introdução referencial e a anáfora, que discutimos também a partir de

Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014). Por meio da introdução referencial promove-se a estreia do referente no texto, isto é, sua inauguração, sua aparição primeira. Com a anáfora, o que se tem é a continuidade do referente: ele é retomado, reiterado, mantendo-se em destaque na progressão textual. Custódio Filho (2011) tem discutido esses dois processos valendo-se das noções de apresentação, como equivalente à introdução, e mudança, correspondente à anáfora. A ideia do autor é evidenciar que, uma vez apresentado, o referente, por ocasião de sua retomada, vai passando por sucessivas mudanças, transformando-se, ganhando novos contornos e novos traços de sentido. Essa operação dinâmica – que se tem denominado de recategorização – pode promover, além da atribuição de novos traços, a reiteração de traços já conhecidos, bem como a sua correção – daí a subdivisão proposta por Custódio Filho (2011) para o processo de mudança em mudança por acréscimo, mudança por correção e mudança por confirmação.

Elucidados os processos referenciais que presidem a (re)elaboração dos referentes, importa destacar, ainda, que compreendemos tal (re)elaboração em consonância com os desdobramentos mais recentes dos estudos em referenciação, os quais Custódio Filho (2011) inclui na segunda tendência de estudos. Julgamos importante deixar tal posição explicitamente marcada, pois ela tem impactos decisivos no modo de se operar metodológica e analiticamente com a referenciação. Em resumo, a segunda tendência de estudos abarca as pesquisas que concebem a (re)construção dos referentes para além do uso e da análise de expressões referenciais. O entendimento básico é o de que um fenômeno tão difuso e complexo como a referenciação não pode ficar atado a restrições de ordem formal, como se fazia na primeira tendência. Tem-se assumido, então, que “Um referente não é introduzido no texto apenas por expressões referenciais, nem é retomado somente com outra expressão” (Cavalcante; Martins, 2020, p. 249). Abre-se espaço, portanto, para todo um conjunto de elementos que entram em jogo na (re)construção dos referentes, além das expressões referenciais: as predicções direcionadas a eles, toda a materialidade textual que os envolve, dados contextuais e procedimentos cognitivos que permitem alcançar os implícitos (com destaque para as inferências).

Com tudo isso, o fenômeno da referenciação atrai para si ainda mais dinamicidade, flexibilidade, complexidade e fluidez.

Por fim, destacamos a íntima relação entre referenciação e argumentação, a qual é indispensável para as nossas pretensões neste trabalho. Como estabelecemos no tópico anterior, baseados na interface entre LT e TAD, todo texto é argumentativo, na medida em que envolve irremediavelmente as tentativas dos sujeitos envolvidos na interação de exercerem influência uns sobre os outros. Tais tentativas não poderiam deixar de passar pelos referentes (re)construídos no texto: a forma como os interlocutores, visando atingir seus propósitos, vão impondo transformações aos referentes ao longo do texto é fundamental na defesa de seus pontos de vista, o que faz dessa (re)construção um procedimento estratégico. A referenciação, pois, é uma poderosa estratégia argumentativa.

Aspectos metodológicos

De início, definimos este estudo como uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter descritivo e interpretativo (Paiva, 2019), uma vez que nosso propósito se dirige à descrição, compreensão e análise da relação entre a referenciação e a argumentação polêmica em um artigo de opinião que trata sobre a descriminalização do consumo de drogas no Brasil. Partimos, pois, de um quadro teórico já plenamente estabelecido (o da LT) e apostamos na interface entre LT e a TAD, também já delineado por outros estudiosos. O mesmo vale para o fenômeno da referenciação, que conta com uma sólida base de pesquisas no campo da LT.

O *corpus*, como já foi dito, é um artigo de opinião que trata sobre a descriminalização do consumo de drogas no Brasil. O artigo em questão recebeu o título “O consumo de drogas é uma questão de saúde pública” e foi escrito por Ilona Szabó de Carvalho, sendo veiculado no dia 30 de março de 2023 pelo jornal Folha de São Paulo. No artigo, a articulista contextualiza a questão da criminalização/descriminalização das drogas, faz referência à retomada de um julgamento por parte do STF sobre a questão e resume as posições em torno da problemática, que se dividem em dois grupos antagônicos: o dos que defendem a

descriminalização do consumo de drogas e o dos que são contrários a ela. Além disso, Ilona Szabó de Carvalho se posiciona favoravelmente à descriminalização.

Para a realização da análise, selecionamos os excertos que consideramos mais importantes para a compreensão das ideias principais do artigo e destacamos, na análise desses excertos, a (re)elaboração dos referentes e a relação deles com a argumentação na configuração da modalidade polêmica. Assim, como procedimentos analíticos podemos destacar: a descrição dos referentes (re)construídos no texto; o estabelecimento da relação entre os referentes e a argumentação desenvolvida, com destaque para os traços avaliativos que revestem tais referentes; a descrição da modalidade polêmica de argumentação em que se configura o artigo, com a indicação dos pontos de vista conflitantes em torno da descriminalização do consumo de drogas.

O gênero artigo de opinião

O exame da argumentação, como sustenta Amossy (2020), não pode deixar de considerar o domínio (ou campo da atividade humana, na terminologia bakhtiniana) em que se situa a troca verbal e o gênero que a modela. Os gêneros, que são modelos comunicativos, impõem regulações (que variam em grau de flexibilidade) em relação a aspectos como estrutura composicional, estilo, conteúdo temático, propósitos comunicativos e papéis sociais. A construção das estratégias de textualização – como a referenciação – sofre o impacto das regulações do gênero no qual o texto se realiza, razão pela qual consideramos indispensável tecer considerações sobre o gênero que analisamos neste trabalho: o artigo de opinião.

O artigo de opinião é um gênero opinativo do campo de atividade humana jornalístico que se caracteriza fundamentalmente, de acordo com Rodrigues (2001), como uma reação-resposta do articulista aos acontecimentos sociais da atualidade. Assim, a produção do artigo envolve juízos de valor, carga valorativa e orientação apreciativa, pois é esperado que o autor marque seu posicionamento frente a tais acontecimentos (ou a aspectos envolvidos nesses acontecimentos). No caso do artigo que analisamos, o acontecimento ao qual a articulista reage-responde é a

retomada, por parte do STF, do julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo. A descriminalização das drogas, como se sabe, é uma questão polêmica recorrente no debate público nacional.

Quanto à posição de autoria, Rodrigues (2001) destaca que o artigo, no caso do jornalismo brasileiro, é escrito ou por um jornalista da empresa jornalística, ou por um colaborador do jornal, sendo este último caso o mais frequente. Esse colaborador externo ao jornal, prossegue a autora, fala de um lugar social vinculado à sua esfera de atuação, que pode ser, entre outras, a esfera política, a esfera da indústria e a esfera científico-acadêmica. Em decorrência dessa vinculação a uma esfera de atuação, o articulista é reconhecido social e profissionalmente, com seu ponto de vista sendo recoberto de credibilidade e prestígio.

O artigo que analisamos é de autoria de Ilona Szabó de Carvalho. No portal online da Folha de São Paulo (e também na versão impressa do jornal, a cada artigo publicado), consta a seguinte descrição sobre os atributos profissionais e acadêmicos da articulista: “Presidente do Instituto Igarapé, membro do Conselho de Alto Nível sobre Multilateralismo Eficaz, do Secretário-Geral da ONU, e mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia)”. O Instituto Igarapé, do qual Ilona Szabó é presidente, se interessa, entre outras questões, pela política de drogas global e nacional, que é justamente o assunto abordado no artigo que selecionamos. Essa familiaridade da articulista com o tema confere autoridade ao seu dizer.

Em relação à configuração da modalidade polêmica de argumentação no artigo de opinião analisado, é preciso considerar que o artigo se caracteriza como um texto monogerido (Cavalcante *et al.*, 2022), isto é, que tem apenas um locutor. Em razão disso, é a articulista que traz para o texto (e organiza à sua maneira), como veremos, os pontos de vista conflitantes que caracterizam a polêmica: o ponto de vista dos Proponentes, que defendem a descriminalização das drogas, grupo no qual ela se inclui; e o ponto de vista dos Oponentes, contrários à descriminalização. Reconhecer essas outras vozes trazidas para o texto e sua importância para a construção dos sentidos e da argumentação é algo que tem estado presente na agenda da LT, que respeita o princípio dialógico da linguagem.

Por fim, outra regulação do gênero artigo de opinião que queremos destacar está atrelada ao seu caráter opinativo. Como dissemos, por meio do artigo o articulista expõe seu posicionamento sobre uma dada questão (a exemplo da descriminalização das drogas, no caso do artigo que selecionamos), realizando juízos de valor. Isso tem implicações no modo como os referentes são (re)construídos no texto: sendo o artigo um gênero que permite a expressão de carga valorativa, os referentes nele (re)elaborados podem ser – e muitas vezes são – recobertos de traços avaliativos (presentes ou não em expressões referenciais), os quais indicam a orientação argumentativa pretendida pelo articulista. Ilona Szabó, como nossa análise revelará adiante, (re)constrói os referentes de modo a tentar influenciar seus leitores.

Análise do artigo de opinião

A tese defendida no artigo de opinião de Ilona Szabó de Carvalho é explicitada já no título: “O consumo de drogas é uma questão de saúde pública”. Vejamos, no excerto abaixo (que comporta os quatro primeiros parágrafos do artigo), como os referentes (re)construídos concorrem para a orientação argumentativa do texto:

As políticas de drogas têm implicações diretas para a saúde pública e para a redução da violência. Cada vez mais, lideranças políticas de diversos países avançam em estratégias mais humanas e baseadas em evidências científicas.

No Brasil, o STF irá retomar um julgamento importante nesta quinta-feira, 1º de junho. Trata-se de uma ação que discute a descriminalização do porte de drogas para consumo, a partir da constitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas —que, apesar de não prever prisão por adquirir, guardar ou transportar drogas para o consumo pessoal, ainda mantém a questão na esfera criminal.

Os que apoiam a descriminalização dizem que a criminalização fere o direito à privacidade e não mostrou resultados na redução do consumo e do tráfico, sendo mais adequado adotar políticas de prevenção. O que é verdade.

Os críticos acreditam que a medida pode aumentar o consumo e o tráfico, argumentando que o direito individual não deve ser colocado acima da saúde pública. Este último argumento não se comprovou nas dezenas de países que já fizeram a escolha de tratar o consumo de drogas como uma questão de saúde pública.

No primeiro parágrafo, a articulista põe em cena o referente “As políticas de drogas”, estabelecendo, via predicação, sua relação de implicância com outros dois referentes: “a saúde pública” e “a redução da violência”. Com essa articulação, Ilona Szabó dá início à caracterização das políticas de drogas, orientando no sentido de destacar sua importância, já que elas se associam à violência e à saúde pública. Em seguida, dois novos referentes são mobilizados: “lideranças políticas de diversos países” e as “estratégias mais humanas e baseadas em evidências científicas” que essas lideranças têm buscado adotar para lidar com a questão das drogas. Do ponto de vista da argumentação, referir-se às muitas lideranças que têm adotado a proposta é fundamental para acentuar sua crescente aceitação pelo mundo. Além disso, caracterizar as estratégias como “mais humanas” e “baseadas em evidências científicas” revela uma avaliação positiva, de modo a orientar a argumentação em defesa de sua aplicação.

No segundo parágrafo, outros referentes são (re)elaborados para compor o tópico a ser desenvolvido (o julgamento que será retomado pelo STF com o objetivo de discutir a descriminalização do porte de drogas para consumo). A retomada desse julgamento, aliás, é o evento que motiva a produção do artigo de opinião. Assim, são mobilizados referentes como “o Brasil”, país em que o julgamento será retomado; “o STF”, instância responsável pelo julgamento”, o próprio julgamento, que a autora avalia como importante, “a descriminalização do porte de drogas para consumo”, que é o objeto de discussão do julgamento, “o artigo 28 da Lei de Drogas”, entre outros – todos eles mantendo conexões entre si para formar a rede referencial em destaque no parágrafo.

Com o terceiro e o quarto parágrafos, passa a configurar-se, no artigo, a modalidade polêmica de argumentação em torno da temática em debate. Como se sabe, a descriminalização das drogas é uma questão polêmica recorrente no debate público brasileiro e que conta, naturalmente, com apoiadores e detratores, que, seguindo a terminologia de Amossy (2017), concebemos, respectivamente, como Proponentes e Oponentes. Como veremos, Proponentes e Oponentes (re)constroem os referentes de modo a deixarem marcadas suas intencionalidades e suas posições na configuração da polêmica. No terceiro parágrafo, Ilona Szabó apresenta o ponto

de vista dos Proponentes, isto é, daqueles que defendem a tese de que o consumo de drogas deve ser descriminalizado. A articulista categoriza os Proponentes como “Os que apoiam a descriminalização”.

Na construção do ponto de vista dos Proponentes, destaca-se, de início, o referente “a criminalização”, que é objeto da predicação “fere o direito à privacidade”. Essa predicação promove uma recategorização do referente e revela a visão negativa que os Proponentes têm sobre ele, o que é apreensível em razão do valor culturalmente compartilhado de que direitos (entre eles o direito à privacidade) devem ser respeitados. Assim, se a criminalização fere tal direito, ela não é, segundo o ponto de vista defendido, o modo mais adequado de se lidar com o consumo de drogas. Na sequência, seguindo com a predicação, é dito que a criminalização “não mostrou resultados na redução do consumo e do tráfico”. Depreende-se, dessa predicação, outra recategorização que, embora não homologada por uma expressão referencial, é plenamente autorizada pelo texto: a criminalização é caracterizada pelos proponentes como “ineficaz”, já que não dá conta de resolver – ou, pelo menos, de amenizar – os problemas que acompanham as drogas, como o tráfico e o excesso de consumo. Essa recategorização converge para a avaliação negativa, por parte dos Proponentes, da criminalização do consumo de drogas. (Re)elaborando o referente “a criminalização” dessa forma, os Proponentes promovem a desqualificação do adversário, uma estratégia característica da modalidade polêmica, ainda que em sua forma mais atenuada, já que não se ataca os Oponentes diretamente, mas indiretamente, lançando-se contrariamente sobre sua tese. Outro referente mobilizado sob o ponto de vista dos Proponentes é “políticas de prevenção”, que é posto em relação com a criminalização. Os proponentes recategorizam essas políticas de prevenção como mais adequadas que a criminalização e, com isso, reforçam sua argumentação em defesa da descriminalização das drogas.

Depois de apresentado o ponto de vista dos Proponentes, Ilona Szabó tece o comentário “O que é verdade”, com o qual reitera sua posição – já enunciada desde o título – e se situa abertamente entre os Proponentes da tese em defesa da descriminalização das drogas. A articulista, pois, concebendo como verdadeiros os

argumentos dos Proponentes, assume, por extensão, a visão destes em relação aos referentes (re)elaborados: “a descriminalização”, além de ferir o direito à privacidade, é ineficaz; as “políticas de prevenção”, por sua vez, são mais adequadas que a descriminalização.

O ponto de vista dos Oponentes – categorizados por Ilona Szabó como “Os críticos” – é enunciado no quarto parágrafo. Inicialmente, com a expressão referencial “a medida”, retoma-se e mantém-se em foco o referente “a descriminalização das drogas”, anteriormente introduzido no texto. Uma vez retomado, esse referente é alvo da predicação “pode aumentar o consumo e o tráfico”, com a qual ganha novos contornos, isto é, com a qual passa por uma recategorização. Essa recategorização é decisiva na tomada de posição dos Oponentes e está assentada na visão de que o aumento do consumo de drogas e do tráfico é algo negativo. Assim, se, conforme o ponto de vista dos Oponentes, a descriminalização das drogas pode contribuir para tal aumento, ela é, portanto, uma proposta nociva. O procedimento aqui é o de desqualificação da tese dos Proponentes – e o ataque à(s) tese(s) contrária(s) é, como já vimos, a forma mais moderada de desqualificação do adversário. Em seguida, são mobilizados outros dois referentes na construção do ponto de vista dos Oponentes (“o direito individual” e “a saúde pública”) e é estabelecida uma relação de hierarquia entre eles, com a saúde pública sendo considerada mais importante que o direito individual, já que, como se argumenta, este não deve ser colocado acima daquela. Diminuir a importância do direito individual em relação à saúde pública é um aspecto fundamental da argumentação dos Oponentes na sua contraposição à descriminalização das drogas, pois, como vimos, aqueles que defendem a descriminalização se apoiam fortemente no direito à privacidade. Isso revela, portanto, como as teses em confronto se entrecrocaram.

Ilona Szabó, que, como vimos, se coloca em defesa da descriminalização das drogas (entre os Proponentes, portanto), se volta para o argumento dos Oponentes, retomando-o por meio da expressão referencial “Este último argumento” e estabelece sobre ele a seguinte predicação: “não se comprovou nas dezenas de países que já fizeram a escolha de tratar o consumo de drogas como uma questão

de saúde pública”. Dessa predicação se depreende uma recategorização para o argumento em questão: ele é caracterizado como “falso e sem validade”, já que não se comprovou nos países que procederam da forma descrita por ele. Desse modo, a articulista desqualifica os Oponentes (ao atacar a tese deles), os quais ela tem como adversários, e reforça sua posição em defesa da descriminalização das drogas.

Na sequência do artigo, a articulista dá mais detalhes sobre o julgamento a ser retomado pelo STF (abordando, por exemplo, a definição de parâmetros de quantidade para o consumo), além de destacar suas experiências profissionais, a exemplo de sua atuação como secretária-executiva de duas comissões internacionais das quais participou entre 2008 e 2016. Depois de tratar dessas questões, a articulista passa a focar, no parágrafo que destacamos abaixo para análise (o penúltimo do texto), especificamente as políticas de drogas atuais:

Desde então, afirmo que as políticas de drogas atuais causam muito mais danos do que o consumo de drogas em si. O imenso custo humano e financeiro da política atual é injustificável. Perdemos todos: dependentes químicos e suas famílias, que deixam de ter mais opções de tratamento, e a população em geral, pois o impacto negativo é sentido na ineficiência do trabalho policial, na trágica situação prisional, nos enormes problemas de segurança pública —incluindo a interseção com o crime ambiental—, na inaceitável vitimização da juventude negra e na atenção tardia, e muitas vezes equivocada, à saúde mental.

Nesse excerto, o referente “as políticas de drogas atuais” – com a criminalização em vigor – é posto em relação com o referente “o consumo de drogas em si”. O primeiro desses referentes é avaliado negativamente, uma vez que, de acordo com o ponto de vista da articulista, ele causa mais danos que o segundo. Ainda no parágrafo em análise, diversos outros referentes são mobilizados, todos eles relacionados às políticas de drogas atuais e todos eles conduzindo, no que diz respeito à argumentação, para uma avaliação negativa de tais políticas. Entre esses referentes estão: “O imenso custo humano e financeiro da política atual”, que, logo depois de apresentado, é recategorizado como “injustificável”; “dependentes químicos e suas famílias”; “mais opções de tratamento” que os dependentes deixam de ter no cenário da política de drogas atual; “a população em geral”, que é afetada por uma série de problemas, como os elencados na (re)construção dos próximos

referentes: “a ineficiência do trabalho policial”, “a trágica situação prisional”, “os enormes problemas de segurança pública”, “o crime ambiental”, “a inaceitável vitimização da juventude negra” e “a atenção tardia à saúde mental”. Todos esses referentes concorrem para a composição de um cenário trágico, o qual, conforme a argumentação desenvolvida por Ilona Szabó, é uma decorrência da política de drogas atual. Com tudo isso, a articulista busca obter a adesão dos leitores do artigo à tese em favor da descriminalização das drogas, sustentada durante todo o texto.

Para finalizar, podemos reconstruir, a partir das três características principais descritas por Amossy (2017), a modalidade polêmica em que se configura o artigo, que tem como questão de interesse público a descriminalização das drogas. A primeira característica é a dicotomização, que ocorre entre as duas teses que se entrecrocaram: aquela em defesa da descriminalização das drogas, e a outra, que sustenta exatamente o oposto. A segunda é a polarização ou a divisão social, que estabelece a divisão actancial, com os papéis nela desempenhados: o Proponente, que defende a descriminalização, no qual se insere a autora do artigo; o Oponente, cujo ponto de vista é apresentado pela articulista, em razão de ser o artigo um texto monogerido; e o Terceiro, que é um participante indireto da interação, uma espécie de espectador e o verdadeiro alvo da argumentação tanto do Proponente quanto do Oponente. A terceira característica, por fim, é a desqualificação do adversário, que no artigo analisado se dá em sua forma mais atenuada, com o ataque à sua tese.

Considerações finais

Com este trabalho, buscamos ter demonstrado a produtividade da interface entre a LT e a TAD, produtividade essa que pode também ser observada na enorme quantidade de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas tendo como base o diálogo entre esses dois campos teóricos. A argumentatividade inerente ao texto foi aqui analisada a partir da referenciação, uma das estratégias de textualização a que se tem dedicado a LT. Como nossa análise revelou, a (re)elaboração dos referentes no texto está necessariamente ligada à argumentação, já que sempre parte da tentativa de exercer influência, de buscar adesão quanto aos pontos de vista que se pretende

defender, de modificar os modos de o auditório enxergar o mundo. Assim, pode-se afirmar que a referenciação é uma importante estratégia argumentativa.

Diríamos, ainda, que considerar as regulações do gênero em que o texto se realiza e a modalidade argumentativa que nele se configura é também fundamental. Tais regulações refletem na (re)construção dos referentes: em um gênero opinativo como o artigo de opinião, conforme demonstramos, é permitido – até mesmo esperado – que os referentes ganhem traços de sentido explicitamente avaliativos por meio dos quais o articulista marque sua tomada de posição. Quanto à modalidade argumentativa em que se configura o artigo de opinião analisado, pudemos perceber os principais elementos caracterizadores da modalidade polêmica: o choque de opiniões antagônicas em torno da questão em debate, a polarização entre os defensores da descriminalização e os que são contrários a ela (sem esquecer do Terceiro, que é o participante indireto), e a desqualificação do adversário.

Dito isso, acreditamos que, a partir do diálogo com a TAD, a LT refina ainda mais a concepção de texto com que trabalha, passando a assumir a argumentação como uma de suas dimensões constitutivas. As estratégias de textualização que são investigadas pela LT (entre elas a referenciação) constituem um meio bastante produtivo de se apreender a argumentatividade de todo e qualquer texto. Esperamos que nosso trabalho possa, de algum modo, contribuir para a produção de novas pesquisas que tomem como base a interface aqui estabelecida.

Referências

AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, R. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. Disponível em: <http://revel.inf.br/files/f563cecec4f8b46afefe57c45529d721.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. Tradução de Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, C. M. P.;

MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (org.). *Análises do discurso hoje*. v. 1. Rio de Janeiro: *Nova Fronteira*, 2008. p. 231-254.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389/395>. Acesso em: 16 set. 2023.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. *ReVEL*, ed. especial, v. 14, p. 106-124, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/ea45a0fb01f8dde37a9435628505a55d.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

CAVALCANTE, M. M. *et al. Linguística Textual e Argumentação*. Campinas: Cortez, 2020.

CAVALCANTE, M. M.; MARTINS, M. A. Referenciação em síntese. *In.*: LIMA, A. H. V.; SOARES, M. E.; CAVALCANTE, S. A. S. (org.). *Linguística geral: os conceitos que todos precisam conhecer – volume 2*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 237-272.

CAVALCANTE, M. M. *et al. Linguística Textual: conceitos e aplicações*. Campinas: Pontes editores, 2022.

CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos Fatores; Distintas Interações; Esmiuçando o Caráter Heterogêneo da Referenciação*. 2011. 330f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2011. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8896/1/2011_tese_vcfilho.pdf. Acesso em: 7 out. 2023.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 77-81.

MACEDO, P. S. A. *Análise da argumentação no discurso: uma perspectiva textual*. 2018. 245f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38840?locale=en>. Acesso em: 17 set. 2023.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). Referenciação*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

PAIVA, V. L. M. O. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019. 160 p.

RODRIGUES, R. H. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. 356f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20277/2/Ros%c3%a2ngela%20Hammes%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 2 out. 2023.

SZABÓ, Ilona. O consumo de drogas é uma questão de saúde pública. *Folha de São Paulo*, 30 mai. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ilona-szabo/2023/05/o-consumo-de-drogas-e-uma-questao-de-saude-publica.shtml>. Acesso em: 17 set. 2023.

Recebido em: 10 nov. 2023.
Aprovado em: 14 dez. 2023.

Revisora de língua portuguesa: Vivian Campagnolli Bergantini Saviolli
Revisor de língua inglesa: Pedro Americo Rodrigues Santana
Revisora de língua espanhola: Daiane Aparecida Martins

